

## DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DA EO E DECLARAÇÃO SOBRE AS VEDAÇÕES À HABILITAÇÃO DA EO

Eu, REGINALDO EPIFANIO DE SOUSA, portador de documento de identidade, RG nº 3041039, expedido por SSP/PA, e do CPF nº 595.860.442-20, BRASILEIRO, Solteiro, PROFESSOR, residente domiciliado TV BARAO DO TRIUNFO, 66.080-680, dirigente máximo e representante legal da INSTITUTO ANITA, com sede em RUA HENRIQUE CASSIANE, 68.719-000, inscrita no CNPJ (nº) 33.053.724/0001-52,

DECLARO, sob as penas da lei, que:

I. o objeto social da EO vincula-se às características das linhas de atendimento voltadas à provisão subsidiada de unidades habitacionais novas e à melhoria habitacional em áreas rurais, integrantes do Minha Casa, Minha Vida – MCMV Rural;

II. a EO não se enquadra como clube recreativo, associação de servidores ou congênere;

III. não existem dívidas da EO com o Poder Público e a EO não está inscrita nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito;

IV. a EO não consta de cadastros impeditivos de receber recursos públicos;

V. a EO não consta de cadastros restritivos dos agentes financeiros do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR e do MCMV Rural;

VI. a EO e seus dirigentes não se submetem as seguintes vedações:

a) que não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

b) que esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

c) que tenha como dirigente, colaborador, inclusive o respectivo cônjuge ou companheiro, conforme relação encaminhada a essa instituição financeira:

1. agente político\* dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público e dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; (retificada)

2. empregado público vinculado à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil ou a qualquer instituição que venha a constituir-se em agente financeiro dos programas e linhas de atendimento habitacionais do Ministério das Cidades; ou

3. servidor ou empregado público do Ministério das Cidades ou com assento no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CCFGTS, Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social – CCFDS e Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS;

d) que tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

1. for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

2. for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

3. a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

e) que tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

1. suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

2. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

3. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

f) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”;

g) que tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos;

h) que tenha entre seus dirigentes pessoa:

1. cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos;
2. julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e
3. considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VII – que os dirigentes a seguir identificados são os representantes legais atualmente eleitos, com mandato vigência até (data de término do mandato):

NOME	CARGO	CPF
RUAN MOAIS DE SOUSA	SECRETARIO	066.940.692-94
RAFAELA ASSIS CORDEIRO	TESOUREIRA	012.759.642-08

PA - Salinópolis, 25 de novembro de 2025

---

REGINALDO EPIFANIO DE SOUSA  
595.860.442-20

\* Entende-se por agente político o detentor de cargo eletivo, eleito por mandatos transitórios, como os Chefes de Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, além de cargos de Ministros de Estado e de Secretários nas Unidades da Federação, os quais não se sujeitam ao processo administrativo disciplinar. (<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/ManualCorreicaoCLT/ManualCorreicao-CLT>).